

Brasil suspenderá moratória antes da renegociação

BRASÍLIA — O Brasil deverá suspender a moratória com os bancos credores privados antes do acordo global de renegociação da dívida externa — que inclui os juros vencidos de 86 e 87 e a vencer até 89 — estar concluído. O Brasil deve fazer o pagamento de 500 milhões de dólares aos bancos credores assim que for firmado um protocolo entre as duas partes, estabelecendo as bases do acordo definitivo.

A informação foi transmitida pelo presidente do Banco Central, Fernando Milliet, aos membros da comissão da dívida externa do Senado, segundo revelou o presidente da comissão, senador Carlos Chiarelli (PFL/RS). O Brasil já acertou com os credores que antes da assinatura do protocolo será feito um depósito de 500 milhões de dólares, parcelado em três vezes, no Banco de Compensações Internacionais (BIS), na Suíça, com intervalos de oito a dez dias, para dar tempo aos bancos credores privados de levantarem 1 bilhão de dólares que também terá que ser depositado no BIS, em contrapartida ao depósito feito pelo Brasil.

O presidente do Banco Central informou que apenas os bancos maiores deverão participar desse depósito, excluindo-se os bancos pequenos para facilitar e agilizar as negociações. De qualquer forma, um número expressivo de bancos participará da negociação, o que justifica a demora do depósito dos credores.

Sem condições — Milliet negou que esse acordo provisório — que prevê o depósito de 500 milhões no BIS, a ser liberado logo que for assinado o protocolo do acordo definitivo — esteja condicionado à ida do Brasil ao FMI. Segundo ele, essa é uma questão encerrada e os bancos já estão cientes de que o Brasil não fará qualquer acordo com o Fundo Monetário Internacional nem para fechar o acordo provisório e nem para o acordo definitivo, que deverá ser assinado no final de dezembro.

Admitiu, contudo, que quando se iniciaram as negociações com o Clube de Paris o Brasil terá que estabelecer um acordo com o FMI, o que não significa, no entanto, que o país irá se sujeitar às normas rígidas da instituição, como ocorreu com a Argentina, que aceitou o monitoramento do Fundo.

Milliet também negou categoricamente que os bancos credores americanos tenham aprovado a reclassificação dos créditos brasileiros por falta de pagamento dos juros. Segundo Milliet, se a questão fosse apenas factual o país já teria tido seus créditos desclassificados desde agosto, quando se completaram os seis meses de moratória. Segundo ele, essa é “uma decisão de mérito”, o que significa que não há risco de reclassificação porque o Brasil já se mostrou interessado na negociação e se dispôs a fazer o pagamento de 500 milhões de dólares.

A reunião de Milliet com os senadores foi longa, apesar de na platéia não estarem mais do que dez interlocutores. Durante as quatro horas em que conversou com os parlamentares, no entanto, Milliet teve que dedicar pelo menos uma hora para explicar o orçamento da União ao senador Virgílio Távora (PDS/CE), que levantou o assunto após afirmar que havia passado a noite toda lendo o Programa de Ação Econômica do Governo (PAG), que achava muito ambicioso.

Outra meia hora Milliet gastou para fazer aos parlamentares um histórico da dívida brasileira, taxas de juros, *spreads*, explicando também que de 80 a 86 o Brasil pagou 54 bilhões de dólares de juros, mas a dívida aumentou em 73 bilhões de dólares, o que significa que teve um acréscimo de 19 bilhões de dólares em relação ao que foi pago.

Milliet admitiu que a demora para o Brasil fechar um acordo provisório com os bancos se deve ao fato de já estarem sendo esboçadas as bases do acordo definitivo, onde devem ficar definidas taxas de *spread*, que ele admite que serão inferiores às do México, teto para os juros e salvaguardas para preços do petróleo.

Já no acordo global, segundo informou o senador Carlos Chiarelli, deverá ser incluída a conversão da dívida em investimento e a troca da dívida por bônus, a securitização, que deverá incluir apenas os bancos de menor porte, ansiosos para sair da negociação com o Brasil. De qualquer forma, Milliet informou aos senadores que o acordo provisório deve estar fechado dentro de um ou dois dias.